

O desabafo de Sarney contra a Constituição

O presidente diz que o Estado se tornou inviável com as despesas criadas pela nova Carta e diz que o Congresso quer governar sem assumir os ônus. Hoje na tevê.

"O Plano Verão, como qualquer outro, não podia dar certo. Todos ficaram contra. Agora, o que ninguém diz é que a Constituição criou um tal volume de despesas, que mudou os rumos do País. Conter a dívida pública apenas demitindo funcionários é uma impostura. É fuga do problema central, que é a crise do Estado brasileiro agravada por uma Constituição que tornou o Estado inviável. Além do mais, esse negócio de o Congresso querer ser governo e não assumir os ônus é outra coisa que complica tudo. Eu fui o primeiro a dizer que as medidas criadas pela Constituição seriam onerosas. Só que eu jurei cumprir a Constituição e tenho que fazê-lo. E quem paga é o povo."

Este é um dos desabafos do presidente José Sarney, que diz também que não dá mais para emitir títulos do governo porque o povo não tem mais como emprestar; emitir dinheiro só faz aumentar a inflação. Portanto, a solução que legará ao seu sucessor no orçamento do ano que vem será uma só: "Aumentar os impostos".

Sarney está preocupado com as greves e revela que já recebeu até conselhos para "botar o Exército na rua e fuzilar os grevistas". Mas esse homem que já dirigiu a Arena e o PDS e passou para o PMDB para eleger-se vice-presidente na chapa de Tancredo Neves afirma por constatação própria em entrevista que concedeu ao jornalista Boris Casoy, do Sistema Brasileiro de Televisão e que vai ao ar hoje, às 22h30, no programa "SBT Entrevista", que "os grevistas querem ocupar fábricas, dinamitar os fornos e colocar bombas". Diz que foi aconselhado a "dar um murro na mesa, mas não dei, porque cabe ao governo procurar o equilíbrio".

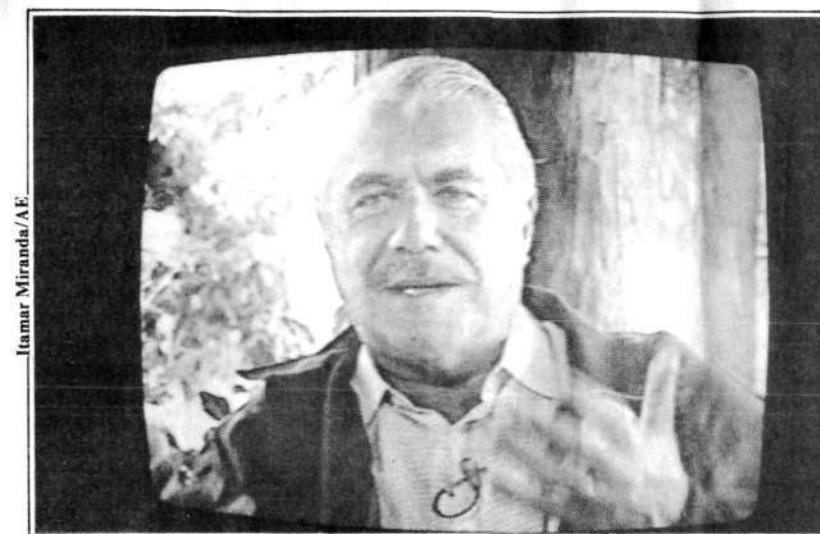
Poeta feliz

Apesar de tudo isso, Sarney inicia a entrevista, concedida em seu sítio São José do Pericumã, mostrando a placa existente na entrada da propriedade onde está

impresso em bronze: "Esta fazenda foi edificada pelo poeta feliz José Sarney e denominada São José do Pericumã". Explica que o nome é uma união do santo de sua devoção com o nome do rio que corta sua terra natal, no Maranhão, e confirma: "Sou um poeta feliz. Deus tem colocado sua mão de bondade em minha vida". Descontraído, usando traje esportivo, ele conversa com seu entrevistador no terraço da "casa grande", enquanto as câmeras mostram sua mulher, dona Marly, colhendo laranjas no pé e um pelotão de soldados do Exército fazendo a troca da guarda na propriedade presidencial. E lembra que "todos pensam que o presidente é uma pessoa acima dos mortais".

Sua primeira preocupação é negar as especulações em torno do projeto de redução de seu mandato e implantação imediata do parlamentarismo. "Isso não é real. O que há de verdade é que não pretendo mudar as regras do jogo. Considero que mudar as regras, a esta altura, seria casuismo." Mas do mesmo modo que não quer mudar as regras do jogo sucessório, não pretende participar dele. "Não serve ao Brasil a minha participação no processo. Para mim, como político, até seria muito bom ter um candidato, mesmo que fosse para perder. É claro que, como cidadão brasileiro, não vou me omitir. Vou acompanhar a sucessão. Mas não vou apoiar ninguém. Eu e Marly vamos votar juntos." Ele evita falar sobre o "fenômeno Collor" alegando que não quer "opinar sobre pessoas".

Analizando a economia nacional em face do quadro latino-americano e mundial, o presidente Sarney condena aqueles que dizem que a Argentina exerce o chamado "efeito Orloff" sobre o Brasil (aquele propaganda da vodka em que um homem aparece de repente e diz para si mesmo: "Eu sou você, amanhã"). Para Sarney, a situação do Brasil é bem diferente da Argentina: "Temos reservas, temos um comércio importador e exportador, uma boa



Sarney no SBT, desabafando.

estrutura industrial e recursos humanos. O que há é que a dívida externa debilitou o Estado. Não só no Brasil ou na Argentina, como no Peru, na Venezuela e em quase todos os países da América Latina".

Catástrofe, não.

Ironizando, ele insiste em que "o plano verão não deu muito certo, até porque o verão já está passando. Mas seu grande mérito foi impedir a hiperinflação. Só que enquanto tivermos correção monetária não vai dar para fazer muita coisa. Agora, estamos saindo da fase do congelamento e os números inflacionários estão sob controle ou em índices que não chegam a assustar".

Otimista incorrigível, o presidente diz que "desde que assumi, prometeram o caos para o mês seguinte. E até agora ele não chegou". E acrescenta que "a América Latina cresceu 10% e o Brasil 20% nestes quatro anos", numa negação das análises dos mais respeitados economistas nacionais e estrangeiros que admitem que nos últimos 10 anos nunca houve uma queda tão brutal na nossa economia, para afirmar em seguida que "se o Brasil cresceu, a crise que vivemos é muito mais política". Sarney recomenda ainda aos brasileiros e brasileiras que "não tenham medo da catástrofe. Esse negócio de catastrofismo tem ori-

unem".

O presidente faz a apologia do Plano Cruzado: "No Brasil, a distribuição de renda é injusta. O Plano Cruzado foi o maior programa de distribuição de renda que já se fez no País. Foi a coisa mais ousada e corajosa que tivemos. E eu aceitei, por ele, colocar minha cabeça na guilhotina. Mas, felizmente, ele serviu para modificar critérios". E admitindo que o novo salário mínimo aprovado pelo Congresso deverá vigorar, embora ainda não o tenha anunciado oficialmente, diz que "quando assumi, o salário mínimo era de 25 dólares. Agora já é de cerca de 100 dólares".

Sarney diz que não deixou sem apurar nenhuma denúncia de irregularidade em seu governo: "Abrimos inquéritos na Polícia Federal e as conclusões já foram ou estão sendo encaminhadas à Justiça. É a isso que o nosso povo

precisa se acostumar. Numa democracia, o presidente não pune. Manda apurar e entrega nas mãos da Justiça. O que eu não posso é mandar fuzilar ninguém, porque, graças a Deus, sou contra a pena de morte".

Por tudo isso, ele conclui avaliando que "a minha grande obra, sem placa de inauguração, é a construção democrática. Hoje, no Brasil, não há mais perseguições. Todo mundo pode ter sua ideologia, sua tendência. Não se exige atestado ideológico de alguém para ser funcionário público. E todos os setores da sociedade se articulam. A Presidência da República deixou de ser um poder imperial. No futuro, os historiadores vão dizer que foi no meu período que se deu a grande transformação da sociedade brasileira. Eu sou um grande presidente democrata".